



ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Relatório Anual de 2025

Assistência de Sustentabilidade e Acessibilidade/AGE
Fevereiro/2026

#PraTodosVerem: Capa da publicação Acessibilidade e Inclusão, Relatório Anual de 2025. No topo da página, há o logotipo institucional do TRE-MT em alusão à bandeira do Brasil. Logo abaixo, o título da publicação, em fundo branco. Na base da página, está escrito: Assistência de Sustentabilidade e Acessibilidade/AGE, fevereiro, 2026. No canto inferior direito da capa, os símbolos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 8, 10, 11, 16 e 17, que se relacionam com a remoção de barreiras para o desenvolvimento inclusivo, equitativo e sustentável.



Na segunda página:

Este documento foi elaborado em formato acessível, com padrões técnicos de legibilidade, de navegação por meio de links de acesso a páginas e documentos disponíveis no portal do TRE-MT e de descrição de imagens. A seguir, a descrição da arte gráfica aplicada às páginas do relatório.

#PraTodosVerem: Todas as páginas do relatório têm fundo branco, com elementos geométricos de triângulos e losangos na cor azul, de diferentes tamanhos, em alusão ao logotipo institucional do TRE-MT, posicionados mais ao centro inferior direito das páginas.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

PRESIDENTE

Desembargadora SERLY MARCONDES ALVES

VICE-PRESIDENTE E CORREGEDOR ELEITORAL

Desembargador MARCOS MACHADO

JUÍZES-MEMBROS EFETIVOS

Doutor LUIS OTÁVIO PEREIRA MARQUES

Doutora Juliana Maria da Paixão Araújo

Doutor PÉRSIO OLIVEIRA LANDIM

Doutor RAPHAEL DE FREITAS ARANTES

Doutor JEAN GARCIA DE FREITAS BEZERRA

JUÍZA-MEMBRO SUBSTITUTA

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Doutora GLENDA MOREIRA BORGES

CORPO TÉCNICO DE GESTORES

DIRETOR GERAL

MAURO SÉRGIO RODRIGUES DIOGO

SECRETÁRIO JUDICIÁRIO

CARLOS LUANGA RIBEIRO LIMA

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

TÂNIA YOSHIDA DE OLIVEIRA

SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS

GILVAN RODRIGUES DE OLIVEIRA

SECRETÁRIO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

LEON MANOEL CAMPOS DOS SANTOS FILHO

#PraTodosVerem: Página que informa a composição do Tribunal Pleno e do corpo técnico de gestores.

ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO

A elaboração do relatório anual de Acessibilidade e Inclusão no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) é resultado do trabalho colaborativo da Assistência de Sustentabilidade e Acessibilidade, vinculada à Assessoria de Gestão Estratégica (AGE), com as unidades administrativas do Tribunal, para efeito de atendimento do disposto ao art. 23, VII, da Resolução-CNJ nº 401, de 16 de junho de 2021, bem como ao art. 11, da Resolução TSE nº 23.381/2012. As informações do ano-base 2025 fazem parte do SEI nº 00255.2026-1.

COLETA DE DADOS E ORGANIZAÇÃO

Assessoria de Gestão Estratégica

Assistência de Estatística

Assistência de Sustentabilidade e Acessibilidade

age@tre-mt.jus.br

2026

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

Av. Historiador Rubens de Mendonça, 4750 – Cuiabá/MT - CEP: 78.049-941

Endereço eletrônico: www.tre-mt.jus.br

Página de Acessibilidade e Inclusão no site do TRE-MT

#PraTodosVerem: Página que informa as áreas técnicas do Tribunal responsáveis pela elaboração do relatório.

CONTEÚDOS

INTRODUÇÃO E GESTÃO DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Assessoria de Gestão Estratégica

Assistência de Sustentabilidade e Acessibilidade

Secretaria de Gestão de Pessoas

Coordenadoria de Assistência à Saúde

Coordenadoria de Pessoal

Secretaria de Administração e Orçamento

Coordenadoria de Contratações e Materiais

ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS

Secretaria de Gestão de Pessoas

Coordenadoria de Assistência à Saúde

Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento

Assessoria de Comunicação Social

ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL

Assessoria de Comunicação Social

Ouvidoria Eleitoral

ACESSIBILIDADE TECNOLÓGICA

Secretaria Judiciária

Coordenadoria de Gestão da Informação

Secretaria de Tecnologia da Informação

Coordenadoria de Infraestrutura de Tecnologia da Informação

ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA E URBANÍSTICA

Secretaria de Administração e Orçamento

Coordenadoria de Infraestrutura Administrativa

ACESSIBILIDADE NO PROCESSO ELEITORAL

Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI)

SUMÁRIO

Apresentação e Resumo das ações de acessibilidade implementadas	7
Indicadores de Acessibilidade	9
1 – Gestão da acessibilidade e inclusão	9
2 – Acessibilidade em serviços	11
3 – Acessibilidade comunicacional	17
4 – Acessibilidade tecnológica	19
5 – Acessibilidade arquitetônica e urbanística	24
6 – Acessibilidade do processo eleitoral	26
7 – Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão	29
8 – Perspectivas para 2026	30

Apresentação e Resumo das Ações de Acessibilidade Implementadas

O presente Relatório Anual de Acessibilidade e Inclusão marca o compromisso permanente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) com a promoção de um ambiente acessível e inclusivo. Nele foram reunidas as ações e iniciativas desenvolvidas no exercício de 2025, voltadas à garantia da igualdade de oportunidades, da participação plena nas atividades institucionais e do acesso justo aos serviços da Justiça Eleitoral no Estado de Mato Grosso, além de consolidar os dados acerca do levantamento sobre acessibilidade e inclusão, referente ao ano-base de 2025, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CNJ nº 401, de 16 de junho de 2021 e pela Resolução TSE nº 23.381, de 19 de junho de 2012. Seguindo a estrutura determinada pela referida Resolução, os resultados são organizados em capítulos correspondentes às diferentes dimensões da acessibilidade, conforme a seguir:

- Capítulo 1 – Gestão da Acessibilidade e Inclusão: apresenta o perfil de magistrados(as), servidores(as), terceirizados(as) e estagiários(as) com deficiência;
- Capítulo 2 – Acessibilidade em Serviços: descreve a capacitação do Tribunal em acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência para o atendimento do público interno e externo, além de outras atividades voltadas aos serviços disponibilizados;
- Capítulo 3 – Acessibilidade Comunicacional: avalia a acessibilidade da comunicação institucional;
- Capítulo 4 – Acessibilidade Tecnológica: elenca as tecnologias assistivas disponibilizadas e a acessibilidade do site do TRE-MT;
- Capítulo 5 – Acessibilidade Arquitetônica e Urbanística: analisa a acessibilidade dos edifícios do Tribunal.

- Capítulo 6 – Acessibilidade do Processo Eleitoral: elenca as atividades de acessibilidade planejadas para o próximo pleito.
- Capítulo 7 – Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão: apresenta a comissão.
- Capítulo 8 – Perspectivas para 2026: destaca as perspectivas para o próximo ano.

RESUMO DAS AÇÕES DE ACESSIBILIDADE IMPLEMENTADAS NO ANO DE 2025

Nome da Ação	Descrição da Ação	Resultados Alcançados	Desafios Enfrentados
Capacitação em Acessibilidade e Inclusão	Realização de cursos e ações formativas voltadas a servidores e colaboradores, abordando acessibilidade, inclusão, atendimento humanizado e Libras.	16 cursos e ações realizados; 259 servidores capacitados; 188 servidores capacitados em atendimento humanizado e TEA; 22% dos gestores capacitados;	Baixa proporção de gestores capacitados; Número ainda reduzido de servidores com domínio em Libras; Necessidade de ampliar ações contínuas de sensibilização.
Curso de Inclusão Digital para Pessoas com Deficiência (SENAC)	Oferta de curso de informática básica exclusivo para pessoas com deficiência, com	Curso com 80 horas; 5 pessoas certificadas; Inclusão digital com abordagem acessível.	Baixo número de concluintes; Necessidade de ampliar escala;

	recursos de acessibilidade.		Dependência de parcerias.
Atendimento Humanizado a Pessoas com Deficiência e TEA	Capacitação específica para servidores sobre atendimento inclusivo.	188 servidores capacitados; Ampliação da cultura inclusiva; Interiorização do conhecimento.	Necessidade de transformar capacitação em prática cotidiana; Continuidade das formações.
Atendimento Domiciliar a Eleitores com Deficiência	Prestação de serviços eleitorais na residência de eleitores.	Atendimentos individualizados nos Cartórios Eleitorais da 10ª, 14ª e 18ª Zonas Eleitorais.	Logística e deslocamento; Dependência de agendamentos e laudos; Limitação de escala, logística de equipamentos (internet e computadores) e transporte de funcionários.
Emissão de Certidões para Pessoas com Deficiência	Entrega de certidões que isentam sanções legais a pessoas impedidas de votar.	52 estudantes beneficiados; Redução de barreiras legais; Fortalecimento do pertencimento.	Identificação do público elegível; Divulgação; Integração com instituições educacionais.
Acessibilidade Comunicacional	Implementação de recursos de	71,43% dos eventos acessíveis; 648 matérias acessíveis;	Redução de vídeos acessíveis; Universalização dos

	acessibilidade em eventos e canais.	Criação do canal OuviZap; Diretrizes estruturadas.	recursos; Padronização da comunicação acessível.
Acessibilidade Tecnológica	Avaliação e melhoria da acessibilidade digital.	Nota 9,11 no Access Monitor; Manutenção da conformidade; Padrões WCAG 2.1 adotados.	Pequena queda no índice; Dependência do TSE; Necessidade de monitoramento contínuo.
Acessibilidade em Videoconferências	Uso de plataformas acessíveis (Teams, Zoom, WhatsApp).	Legendas automáticas; Destaque de intérprete; Recursos de contraste e zoom.	Padronização; Capacitação dos usuários; Garantia de acessibilidade universal.
Acessibilidade Arquitetônica e Urbanística	Adequação de prédios e critérios de acessibilidade.	Sede acessível; 85,45% das unidades conformes.	14,55% necessitam melhorias; Limitações em imóveis locados; Investimentos contínuos.
Plano de Acessibilidade para as Eleições 2026	Planejamento estruturado para garantir acessibilidade.	Coordenadores de acessibilidade; Transporte adaptado; Inclusão de Libras; Campanha Mãos pela Democracia.	Execução ampla; Engajamento de voluntários; Integração entre cartórios e sede.

Fortalecimento da CPAI	Reestruturação da Comissão Permanente de Acessibilidade.	Participação de servidores com deficiência; Atuação transversal; Reuniões periódicas.	Consolidação da atuação integrada; Transformação das diretrizes; Monitoramento contínuo.
Ampliação do Cadastro de Eleitores com Deficiência	Atualização e qualificação do cadastro.	Crescimento de 33,90%; Total de 22.670 eleitores cadastrados.	Subnotificação; Campanhas de autodeclaração; Atualização contínua dos dados.

INDICADORES DE ACESSIBILIDADE NO TRE-MT**Situação em 31/12/2025**

Indicadores	Quantidade
Quantidade de servidores(as), com deficiência, capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência	6
Quantidade de servidores(as), sem deficiência, capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência	253
Quantidade de cursos oferecidos na temática de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência no ano-base	16
Quantidade de vagas oferecidas em cursos na temática de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência no ano-base	259
Quantidade de servidores(as) do Quadro de Pessoal capacitados em Libras no período-base	4
Quantidade de pessoas do quadro auxiliar capacitadas em Libras no período-base	1
Quantidade total de gestores(as)	153
Quantidade de gestores(as) capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência	34
Proporção de gestores(as) capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência	22%
Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Gestão de Pessoas para atendimento de pessoa com deficiência	10
Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Tecnologia da Informação e Comunicação em normas de acessibilidade digital	5
Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Engenharia e/ou Arquitetura e Urbanismo em normas de acessibilidade urbanística e arquitetônica	1
Quantidade de ações de sensibilização com objetivo de fomentar mudanças atitudinais que favoreçam a ampliação da acessibilidade e inclusão	1
Quantidade de ações de promoção da inclusão	0
Quantidade total de contratos que envolvam atendimento ao público externo	7
Quantidade de contratos que envolvam atendimento ao público externo providos por pessoas capacitadas na comunicação em Libras	1
Proporção de contratos que envolvam atendimento ao público externo providos por pessoas capacitadas na comunicação em Libras em relação ao total de contratos no período-base	14%
TOTAL DE SERVIDORES CAPACITADOS	259

Gestão da acessibilidade e inclusão

O TRE-MT vem direcionando suas ações de acessibilidade ao público externo e interno, em alinhamento com o Programa de Acessibilidade da Justiça Eleitoral, voltado à garantia de igualdade de condições para eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida, nos termos estabelecidos pela Resolução CNJ nº 401/2021.

Segundo dados da pesquisa mais recente, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2022, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil conta com cerca de 18,6 milhões de pessoas com deficiência com idade igual ou superior a 2 anos, o que corresponde a 8,9% da população dessa faixa etária.

No âmbito do Poder Judiciário, as pessoas com deficiência representam 1,67% da força de trabalho, o que corresponde a 5.344 pessoas.

A maior concentração está entre os(as) servidores(as), com 1,97% (5.102 pessoas). Entre os(as) magistrados(as), o

percentual é de 0,42% (74 pessoas), e, no grupo de estagiários(as), de 0,39% (168 pessoas).

As informações decorrem da pesquisa “Pessoas com Deficiência no Poder Judiciário”, realizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2021¹.

Conforme os dados consolidados no Infográfico Profissionais com Deficiência no TRE-MT, apresentado logo abaixo, verifica-se que a Justiça Eleitoral de Mato Grosso não possui magistrados(as) com deficiência em seu quadro atual. No que se refere ao corpo funcional, registram-se 11 servidores(as) com deficiência, dos quais 7 exercem função comissionada, não havendo servidores ocupando cargo em comissão.

Ainda segundo o levantamento, não há estagiários(as) nem aprendizes com deficiência, sendo identificados, contudo, 3 profissionais terceirizados(as) com deficiência vinculados(as) à instituição Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso.

¹ Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/10/pesquisa-pessoa-com-deficiencia-no-pj-1.pdf>.

Acesso em: 10 de fev. 2026.



A atualização do cadastro de profissionais com deficiência do TRE-MT é realizada de forma contínua, o que permite planejar e executar ações de inclusão de maneira mais organizada e eficiente, garantindo oportunidades reais de desenvolvimento e adaptação ao ambiente de trabalho. Essa atualização é uma exigência da Resolução CNJ nº 401/2021 e, no TRE-MT, vem sendo cumprida por meio da escuta permanente e individualizada do público interno, formalizada no SEI nº 01203.2024-0.

#PraTodosVerem: Infográfico “Profissionais com Deficiência no TRE-MT” informa: 11 servidores com deficiência, sendo 7 em função comissionada; 0 magistrados, 0 comissionados, 0 estagiários, 0 aprendizes e 3 terceirizados com deficiência.

Acessibilidade em serviços

Conforme dispõe a Resolução CNJ nº 401/2021, a acessibilidade em serviços consiste em assegurar que todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência ou mobilidade reduzida, possam utilizar os serviços do Poder Judiciário de forma autônoma, segura e eficaz.

A norma estabelece diretrizes para que os serviços sejam acessíveis a todos, por meio da eliminação de barreiras físicas, tecnológicas, comunicacionais e atitudinais. Entre as medidas previstas, destacam-se:

- Atendimento prioritário e adequado às pessoas com deficiência;
- Oferta de informações e serviços em formatos acessíveis, como leitura fácil, Língua Brasileira de Sinais (Libras) e audiodescrição;
- Adoção de ajustes razoáveis e de tecnologias assistivas, de modo a garantir participação em condições de igualdade;
- Adequação dos ambientes físicos e digitais, permitindo seu pleno uso por todas as pessoas.

O TRE-MT deu continuidade às ações de capacitação voltadas à temática da acessibilidade, no ano de 2025.

Foram o total de 16 cursos e ações, o Infográfico acessibilidade em serviços traz os resultados do TRE-MT nessa dimensão.

No ano de 2025, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso desenvolveu, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, uma ação institucional voltada à capacitação de pessoas com deficiência, com foco na inclusão digital, acessibilidade e ampliação de oportunidades no mercado de trabalho. A iniciativa teve início com a formalização da parceria e o planejamento de cursos gratuitos na área de informática, direcionados exclusivamente a esse público.



#PraTodosVerem: Imagem composta por três fotos que registram uma parceria institucional. Na imagem principal, quatro pessoas estão em pé, em ambiente institucional, posando para foto enquanto uma delas segura um documento. Ao fundo, há bandeiras oficiais. À direita, as imagens menores mostram uma reunião em mesa de trabalho e um momento de assinatura de documento, com pessoas acompanhando de forma solene.

No âmbito dessa parceria, foi ofertado o curso de Informática Básica, com a turma formada por pessoas com deficiência. A turma teve início em 25 de junho de 2025, com término em 24 de setembro de 2025, totalizando 80 horas de carga horária. O conteúdo programático incluiu aulas teóricas e práticas sobre o uso do sistema operacional Windows, aplicativos como Word, Excel, PowerPoint, Outlook, internet, funcionalidades de smartphones e noções introdutórias de inteligência artificial, sendo todas as atividades planejadas com recursos de acessibilidade e apoio pedagógico especializado.

Ao final do período de capacitação, cinco pessoas com deficiência concluíram o curso e receberam certificação, em cerimônia realizada na Escola Judiciária Eleitoral, em Cuiabá.



#PraTodosVerem: Foto de grupo em ambiente de sala de aula. Várias pessoas estão em pé, lado a lado, posando para a foto. Algumas delas seguram certificados ou documentos, indicando a conclusão de uma atividade ou curso. Ao fundo, há mesas, cadeiras e uma tela de projeção. A imagem registra um momento coletivo de encerramento e celebração.

Em 26 de novembro de 2025, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, promoveu o curso “Atendimento humanizado às pessoas com deficiência e Transtorno do Espectro Autista (TEA)”, voltado à capacitação de servidores e servidoras dos cartórios eleitorais e das centrais de atendimento. A atividade foi realizada no Plenário do Tribunal, em Cuiabá, com participação presencial e transmissão on-line para

servidores(as) do interior, ampliando o alcance da ação formativa.

O curso foi estruturado na modalidade mista, com parte on-line e parte presencial, e carga horária total prevista de 4 horas. O conteúdo programático contemplou fundamentos da inclusão e da acessibilidade, barreiras atitudinais e comunicacionais no atendimento ao público, compreensão do Transtorno do Espectro Autista e suas especificidades, além de estratégias de atendimento humanizado e acessível, com foco na comunicação, empatia e adequação do ambiente de atendimento.

A capacitação foi ministrada pela psicóloga Alice Cristina Santos, que atua como assessora técnica da Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência (Funad), do Estado da Paraíba. A participação da especialista contribuiu para o fortalecimento da cultura organizacional do Tribunal, ao associar conhecimento técnico, experiência prática e abordagem humanizada no atendimento às pessoas com deficiência e às pessoas com Transtorno do Espectro Autista, sendo capacitados ao todo 188 servidores.

Curso visa fortalecer atendimento humanizado a pessoas com deficiência e TEA

Iniciativa foi promovida pelo TRE-MT e ministrada pela psicóloga e assessora técnica da Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência (Funad) da Paraíba, Alice Cristina Santos

26/11/2025 12:51 - Atualizado em 26/11/2025 13:03



#PraTodosVerem: Captura de tela de uma página de notícia. No topo, há o título em destaque: “Curso visa fortalecer atendimento humanizado a pessoas com deficiência e TEA”. Abaixo, um subtítulo informa que a iniciativa foi promovida pelo TRE-MT e ministrada por uma psicóloga da Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência (Funad) da Paraíba. Logo abaixo do texto, há uma fotografia mostrando o interior de um auditório. A imagem é feita a partir do fundo da sala, atrás do público. Diversas pessoas estão sentadas em cadeiras estofadas vermelhas, organizadas em fileiras. O público está voltado para a frente, assistindo a uma palestra. Fotografia de um auditório com público sentado em cadeiras vermelhas, assistindo a uma palestra. Ao fundo, uma mulher apresenta conteúdo em frente a um telão, em ambiente institucional.

Em relação ao atendimento ao eleitorado, o TRE-MT tem realizado atendimentos domiciliares a eleitoras e eleitores impossibilitados de comparecer presencialmente aos cartórios eleitorais, com fundamento no Provimento nº 03/2025, da Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral.

No dia 05 de agosto de 2025, o Cartório da 10ª Zona Eleitoral, com sede em Rondonópolis, realizou atendimento domiciliar a eleitor com deficiência, resultado de acidente automobilístico, que vive sem autonomia para as atividades básicas de vida diária e depende integralmente de cuidadores. O atendimento, realizado para regularização de título cancelado, foi viabilizado mediante apresentação de laudo médico e seguiu os parâmetros estabelecidos pelo Provimento nº 03/2025. A ação foi precedida de agendamento e planejamento pela equipe, que se deslocou até a residência para execução do serviço.



#PraTodosVerem: Equipe da Justiça Eleitoral realiza atendimento domiciliar a homem em cadeira de rodas, com coleta biométrica, utilizando notebook, câmera e iluminação, em área externa de residência.

A 14ª Zona Eleitoral, com sede em Jaciara, realizou mutirão de atendimento domiciliar nos dias 1º, 3, 5 e 8 de setembro de 2025, voltado a pessoas acamadas ou com restrições severas de locomoção. A ação, desenvolvida em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Jaciara, resultou em 40 atendimentos.



#PraTodosVerem: Montagem com três fotografias que retratam a ação de atendimento domiciliar realizada pela 14ª Zona Eleitoral em Jaciara. À esquerda, uma servidora da Justiça Eleitoral coleta os dados biométricos de um eleitor em cadeira de rodas, dentro de sua residência. No canto superior direito, quatro servidores da Justiça Eleitoral posam

em frente a um carro oficial da Prefeitura de Jaciara, parceiro na iniciativa. No canto inferior direito, uma eleitora sentada à mesa realiza a coleta biométrica por meio de equipamento portátil.

Em 17/09/2025, a 18ª Zona Eleitoral realizou atendimento domiciliar em Mirassol D'Oeste a uma eleitora com comorbidade que a impossibilita de se deslocar até o cartório. A iniciativa reafirma o compromisso com a acessibilidade, a cidadania e o atendimento humanizado, garantindo inclusão e acesso aos serviços eleitorais.



#PraTodosVerem: Montagem com duas imagens de atendimento domiciliar em Mirassol D'Oeste, mostrando servidora coletando biometria de mulher idosa em ambiente residencial, com a identificação “Atendimento Domiciliar – Mirassol D'Oeste”

No dia 13/10/2025, 52 estudantes com deficiência da Escola Estadual de Educação Especial Livre Aprender, em Cuiabá, receberam do o TRE-MT certidões circunstanciadas que os isentam de sanções legais decorrentes da ausência de alistamento e do não exercício do voto, nos termos do art. 15 da Resolução nº 23.659/2021 do Tribunal Superior Eleitoral, os estudantes contemplados manifestaram agradecimento e se sentiram valorizados, evidenciando que a iniciativa, ao promover reconhecimento e pertencimento, contribui para enfrentar barreiras atitudinais e fortalecer o exercício da cidadania.



#PraTodosVerem: A imagem mostra uma montagem com três fotos de um evento. Na primeira, uma mulher fala para um grupo de pessoas sentadas em uma sala, em clima de atenção e diálogo. Nas outras duas, servidoras entregam

documentos a participantes, que sorriem ao receber. O fundo azul e os elementos gráficos indicam tratar-se de uma ação institucional, voltada à entrega de certidões e à valorização da cidadania.

Em 10/12/2025, a eleitora Aline Nantes Brito, moradora de Aripuanã, foi vencedora do 1º Prêmio Justiça Eleitoral, promovido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), na categoria “Eleitora ou Eleitor Comprometido”. Nascida sem os dois braços, Aline foi reconhecida pelo comprometimento com a democracia, ao assinar com o pé esquerdo durante atendimento realizado no Cartório da 11ª Zona Eleitoral para atualização cadastral. Eleitora desde os 16 anos, participou da cerimônia de premiação realizada em 10 de dezembro, em Brasília (DF), ocasião em que recebeu o reconhecimento nacional entre 327 inscrições oriundas de todos os Tribunais Regionais Eleitorais do país. A premiação evidencia o fortalecimento da cidadania e o reconhecimento institucional do engajamento democrático de eleitora com deficiência, atendida pela Justiça Eleitoral de Mato Grosso.



#PraTodosVerem: A primeira imagem mostra no palco de uma cerimônia, a presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Cármen Lúcia, de terno claro, cumprimenta sorridente duas pessoas ao centro. A eleitora Aline Nantes

Brito está ao lado dela, sorrindo, com um longo vestido preto. O homem ao lado segura um troféu com as cores do Brasil e carrega uma criança pequena no colo, usando vestido claro e sandálias rosas. O fundo tem um telão com o logotipo do TSE e luzes de palco no chão. O clima é de premiação e celebração. Já a segunda imagem mostra seis pessoas, entre servidores, servidoras e a presidente do TRE-MT, desembargadora Serly Marcondes Avles, sorrindo em um hall de evento com tapete vermelho. Todos vestem roupas formais e seguram certificados e prêmios. Ao fundo, há um painel iluminado com rostos e nomes de integrantes da organização do evento.

Essas ações evidenciaram o compromisso institucional do TRE-MT com a promoção da acessibilidade e da inclusão, ao proporcionar condições equitativas de aprendizagem, apoio individualizado e ambiente acessível, contribuindo para o fortalecimento da autonomia, da qualificação profissional e da participação social das pessoas com deficiência atendidas pela iniciativa.

Acessibilidade comunicacional

A garantia de acessibilidade na comunicação dos serviços eleitorais é essencial para que pessoas com deficiência participem plenamente do processo eleitoral democrático, assegurando que as informações sejam compreensíveis e acessíveis e que o exercício do direito ao voto ocorra de forma independente e consciente, consistindo na eliminação de barreiras na comunicação.

O direito à acessibilidade comunicacional brasileira está amparado, principalmente, pela Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e pelo Decreto nº 6.949/2009 que promulgou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo.

A acessibilidade na comunicação, conforme previsto na Resolução CNJ nº 401, é fundamental para garantir a participação das pessoas com deficiência no âmbito do Poder Judiciário. A comunicação acessível permite que informações, serviços e conteúdos institucionais sejam compreendidos e utilizados com autonomia e segurança, contribuindo para a eliminação de barreiras que dificultam o acesso à justiça, envolvendo o uso de diferentes formas de comunicação, como Libras, legendas, audiodescrição, braille, comunicação alternativa e o uso de linguagem simples.

Essas medidas ampliam o acesso às informações e consideram as diferentes necessidades das pessoas, promovendo inclusão tanto nos ambientes físicos quanto nos digitais.

Os dados relativos à acessibilidade comunicacional no âmbito do TRE-MT, avaliados à luz dos critérios estabelecidos pela Resolução CNJ nº 401/2021, encontram-se consolidados no infográfico apresentado a seguir.

O material evidencia o percentual de eventos promovidos pelas unidades da Secretaria do Tribunal que contaram com recursos de acessibilidade comunicacional. No período analisado, foram realizados sete eventos, presenciais ou virtuais, dos quais cinco foram disponibilizados com recursos acessíveis, o que representa 71,43% do total de eventos promovidos pelo TRE-MT com comunicação acessível.

Quanto à produção de conteúdos institucionais, verificou-se uma pequena diminuição no número de vídeos elaborados com recursos de acessibilidade, que passou de 154, em 2024, para 112, em 2025. Em contrapartida, observa-se crescimento no quantitativo de matérias jornalísticas publicadas em formato acessível, que aumentou de 602, em 2024, para 648, em 2025.

A consolidação da acessibilidade comunicacional no TRE-MT vem se fortalecendo progressivamente. Nesse contexto, foi instituído, no ano anterior, grupo de trabalho com a finalidade de elaborar propostas de roteiros que observem requisitos de acessibilidade na realização de eventos, inclusive ações de capacitação, conforme registrado no SEI nº 09239.2023-4.

No âmbito da Ouvidoria Eleitoral, o atendimento ao público é realizado por meio de canais de comunicação acessíveis e alternativos, disponibilizados tanto em formato virtual quanto presencial, com o objetivo de atender adequadamente as pessoas com deficiência.

Com essa finalidade, foi criado o canal OuviZap, voltado à ampliação do acesso aos serviços da Ouvidoria, especialmente para pessoas com deficiência auditiva. Por meio do número (65) 99280-5798, cidadãos e cidadãs podem encaminhar mensagens de texto ou vídeos em Língua Brasileira de Sinais (Libras) para solicitar informações, esclarecer dúvidas, registrar denúncias, bem como apresentar elogios ou reclamações relacionadas aos serviços da Justiça Eleitoral.

#PraTodosVerem: Infográfico em formato vertical, com identidade visual institucional do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, nas cores azul, verde e branco. O título, localizado na parte superior, é “Resultados de Acessibilidade TRE-MT”.



Acessibilidade tecnológica

Os avanços tecnológicos têm impactado profundamente a sociedade e, para que seus benefícios alcancem a todos, é indispensável assegurar o acesso também às pessoas com deficiência. A acessibilidade tecnológica desempenha papel fundamental na promoção da inclusão social, ao possibilitar a superação de barreiras em áreas como educação, trabalho e lazer.

Abordar a tecnologia sob a perspectiva da acessibilidade, especialmente no ambiente digital, significa promover a inclusão digital e evitar que pessoas com deficiência sejam excluídas das transformações socioeconômicas que já estão em curso e das que ainda virão.

O TRE-MT utiliza programas para avaliar o nível de acessibilidade de seu site institucional e de seus links. O processo de avaliação conta com sistema automatizado próprio, que realiza a aferição individual de cada URL pública do portal, por meio da ferramenta de avaliação adotada, registra os resultados de forma estruturada e possibilita o acompanhamento contínuo dos indicadores de acessibilidade, bem como a identificação de páginas com menor conformidade para a adoção de ajustes corretivos.

Eventuais não conformidades identificadas em elementos estruturais ou em funcionalidades do portal, cuja correção não dependa da gestão local, são comunicadas ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), responsável pelo desenvolvimento e manutenção da plataforma, para revisão e correção, com efeitos aplicados de forma padronizada a todos os sítios da Justiça Eleitoral.

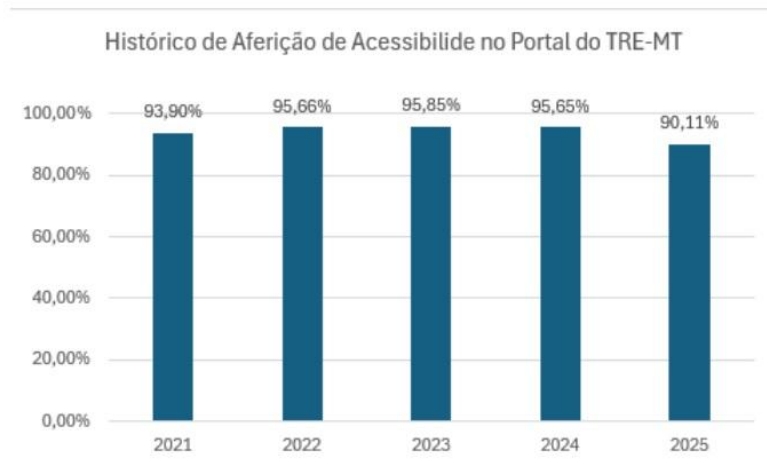
As avaliações são realizadas de forma periódica, com análise técnica da conformidade do portal às diretrizes de acessibilidade digital vigentes. Os resultados das avaliações são documentados e divulgados na área de Transparência do portal institucional (<https://www.tre-mt.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/sustentabilidade-e-acessibilidade/acessibilidade/acessibilidade-do-portal>).

Até 2024, o Tribunal utilizou a ferramenta AsesWeb, baseada no Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG). A partir de 2025, passou a adotar a ferramenta Access Monitor, fundamentada nas diretrizes internacionais Web Content Accessibility Guidelines (WCAG) 2.1, que embasam o próprio eMAG, em atualização metodológica alinhada às boas práticas de acessibilidade

digital e às orientações do Tribunal de Contas da União (Acórdão TCU nº 2099/2025).

Na avaliação mais recente, realizada em dezembro de 2025, o portal do TRE-MT alcançou média 9,11 na ferramenta Access Monitor (escala de 0 a 10), superando o resultado obtido em abril do mesmo ano (9,05) e evidenciando a evolução contínua da acessibilidade digital.

A série histórica das avaliações, apresentada por meio de infográfico, demonstra a manutenção de altos níveis de conformidade ao longo do tempo. Mesmo com a adoção de critérios técnicos mais atualizados e robustos em 2025, os resultados mantiveram-se em patamar elevado.



² Disponível em: <[https://support.microsoft.com/pt-br/windows/descobrir-recursos-de-acessibilidade-do-windows-](https://support.microsoft.com/pt-br/windows/descobrir-recursos-de-acessibilidade-do-windows-8b1068e6-d3b8-4ba8-b027-133dd8911df9)

#PraTodosVerem: Gráfico de barras intitulado “Histórico de Aferição de Acessibilidade no Portal do TRE-MT”. Apresenta os percentuais de acessibilidade por ano. Em 2021, o índice foi 93,90%; em 2022, 95,66%; em 2023, 95,85%; em 2024, 95,65%; e em 2025, 90,11%. O gráfico indica manutenção de índices elevados de acessibilidade entre 2021 e 2024, com redução em 2025.

Esse resultado reflete o compromisso contínuo do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso com a acessibilidade digital, a transparência e a melhoria permanente do acesso às informações públicas por todas as pessoas.

No que diz respeito aos recursos de tecnologia assistiva, o TRE-MT disponibiliza, em seus equipamentos, ferramentas como software leitor de tela, recursos de alto contraste, programas de ampliação de tela e aplicativos integrados a sistemas de síntese de voz. Tais funcionalidades atendem a diferentes necessidades relacionadas à visão, audição, destreza, mobilidade e foco, sendo recursos nativos do sistema operacional Windows® ².

Para a realização de videoconferências, o TRE-MT utiliza três plataformas: Microsoft Teams, Zoom e WhatsApp, segundo a qual a escolha varia conforme o perfil do público

[8b1068e6-d3b8-4ba8-b027-133dd8911df9](https://support.microsoft.com/pt-br/windows/descobrir-recursos-de-acessibilidade-do-windows-8b1068e6-d3b8-4ba8-b027-133dd8911df9)>. Acesso em 10 de fev. 2026.

atendido. No caso do Microsoft Teams, são empregados os recursos de acessibilidade oferecidos pelo próprio sistema operacional Microsoft Windows®, tais como o Narrador, as funções de zoom e lupa, bem como o modo de alto contraste.

No que se refere ao Zoom®, que se destaca como a ferramenta mais utilizada pelo Tribunal nas videoconferências externas, dispõe de diversos recursos voltados à acessibilidade, entre eles a geração automática de legendas, a inserção manual de legendas, o recurso de multidestaque, segundo o qual possibilita evidenciar o intérprete de Libras para todos os participantes, a transcrição de mensagens de voz, opções de formatação de texto, além dos modos escuro e foco³.

³ Disponível em: <<https://explore.zoom.us/pt/accessibility/>>. Acesso em 10 de fev. 2026.

Acessibilidade arquitetônica e urbanística

As adequações de acessibilidade física nos prédios do TRE-MT integram uma política institucional permanente, estruturada de forma contínua e articulada, que envolve etapas de diagnóstico, implementação e avaliação das intervenções realizadas. Nesse contexto, foi instaurado o SEI nº 05101.2025-3, no qual se ressaltou a relevância da manutenção dessa política ao longo do tempo. Como desdobramento, foi elaborado edital para o Credenciamento de empresas especializadas nas áreas de engenharia e/ou arquitetura, com vistas à prestação de serviços voltados à elaboração de laudos de acessibilidade, planos de trabalho e projetos técnicos necessários às adequações dos edifícios do Tribunal, processo que tramita no SEI nº 02093.2023-0.

No que se refere às edificações utilizadas pelo TRE-MT, o prédio-sede do Tribunal e a Casa da Democracia contam com rampas de acesso, elevadores, vagas de estacionamento reservadas a pessoas com deficiência, sanitários adaptados, piso tátil e guarda-corpos, assegurando condições adequadas de circulação e uso dos espaços.

Quanto aos imóveis locados para funcionamento dos Cartórios Eleitorais, a escolha das edificações observa critérios mínimos relacionados à acessibilidade, entre os quais se destacam: a existência de condições de acesso para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; a presença de portas externas amplas, que facilitem a circulação; e a disponibilidade de banheiros adaptados, bem como a quantidade adequada desses espaços.

No caso dos imóveis utilizados pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso para o funcionamento dos Cartórios Eleitorais, a definição pela locação observa critérios mínimos de acessibilidade previamente estabelecidos. A análise da edificação considera, inicialmente, a existência de acesso principal livre de barreiras arquitetônicas, garantindo o ingresso autônomo de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, são avaliadas as condições dos corredores e passagens internas, de modo a assegurar circulação segura, contínua e desobstruída.

Adicionalmente, verifica-se a acessibilidade no estacionamento, com a exigência de vagas reservadas a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, devidamente sinalizadas, bem como a existência de rota acessível entre essas vagas e a entrada principal do imóvel.

Essa rota deve oferecer espaço adequado para manobras de cadeira de rodas, permitindo a aproximação segura à área de controle e ao acesso ao prédio, sem a presença de obstáculos.

Ao longo de 2025, a Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso promoveu, por meio da Corregedoria Regional Eleitoral, a realização das autoinspeções anuais em todos os Cartórios Eleitorais do Estado. Essas atividades integram a rotina de supervisão institucional, a exemplo: funcionamento das unidades, capacitação das equipes, utilização de sistemas informatizados, organização dos serviços e atendimento ao público.

Entre os critérios avaliados, a condição de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida é examinada de forma específica no item 1.1.3 do instrumento de inspeção. Os resultados apurados em 2025 indicaram discreta ampliação do percentual de unidades classificadas na condição “exige aperfeiçoamento”, que evoluiu de 12,3% no exercício anterior, para 14,55% no ano de 2025.

Embora o aumento observado não represente, de imediato, cenário de não conformidade, os dados evidenciam a necessidade de acompanhamento atento e de adoção de medidas corretivas e preventivas, de modo a evitar o

agravamento das avaliações em ciclos futuros e a assegurar a melhoria contínua das condições de acessibilidade nos Cartórios Eleitorais.



#PraTodosVerem: Infográfico com ilustração de prédio público acessível, rampa e pessoa em cadeira de rodas, apresentando os percentuais de acessibilidade arquitetônica dos cartórios eleitorais de MT: 85,45% em conformidade, 14,55% exigem aperfeiçoamento e 0% em desconformidade.

Acessibilidade do processo eleitoral

Ao longo de 2025, a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI) exerceu o acompanhamento estratégico das iniciativas de acessibilidade e inclusão desenvolvidas no âmbito do TRE-MT, em alinhamento com as diretrizes estabelecidas na Resolução CNJ nº 401/2021.

Já no contexto do planejamento das Eleições Gerais, o TRE-MT adotou uma abordagem abrangente e prioritária em relação à acessibilidade, estruturando um conjunto de ações voltadas à superação de barreiras e à realização de um processo eleitoral mais inclusivo, assegurando respeito às pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.

Plano Integrado das Eleições

O Plano Integrado das Eleições, instituído pela Resolução nº 2934/2025, previu o engajamento, a sustentabilidade e a acessibilidade, em ação conjunta das unidades da sede e dos cartórios eleitorais do TRE-MT, com práticas sustentáveis e inclusivas que assegurem acessibilidade e reduzam impactos ambientais nas eleições, quais foram:

- Formalização e nomeação de coordenadores de acessibilidade nos locais de votação, cuja função exclusiva será a interlocução para a resolução dos

problemas que surgirem, no dia do pleito eleitoral, a teor do art. 8º, § 2º da Resolução TSE nº 23.669.

- Aquisição de coletes para os coordenadores de acessibilidade eleitoral.
- Disponibilização do Painel de Acessibilidade dos Locais de Votação.
- Expedição de orientação sobre acessibilidade e descongestionamento de eleitores, bem como, sobre a criação de seções eleitorais em terras indígenas que possam facilitar e ampliar a participação dos eleitores.
- Orientação sobre o registro no Formulário para Identificação de Eleitora e de Eleitor com Deficiência ou Mobilidade Reduzida.
- Realização de convênios ou parcerias com entidades públicas e privadas representativas de pessoas com deficiência, objetivando incentivar o cadastramento de mesárias, mesários e pessoal de apoio logístico com conhecimento em Libras.
- Atualização do formulário de captação de mesárias e mesários voluntários para que haja campo de coleta da informação sobre o conhecimento em acessibilidade e em Libras.

- Elaboração de manuais para Coordenadores de Acessibilidade.
- Realização de capacitação de acessibilidade para multiplicadores de mesários e apoio logístico.
- Orientação aos cartórios eleitorais sobre a requisição de veículos adaptados para o transporte de eleitores com deficiência.
- Campanha “Mãos pela Democracia”, voltada à mobilização de pessoas com amplo conhecimento em Língua Brasileira de Sinais (Libras) para atuarem como mesárias e mesários.
- Divulgação do atendimento em Libras nas Eleições 2026, por meio da Central de Interpretação de Libras de Mato Grosso (CIL).

O Plano Integrado das Eleições foi estruturado com o propósito de assegurar que todas as pessoas pudessem exercer o direito ao voto de forma autônoma e digna, independentemente de suas condições físicas. A iniciativa reforça a aproximação da Justiça Eleitoral com eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida e contribui para a ampliação e qualificação dos serviços prestados a esse público.

Breve estatística do eleitorado

A promoção do voto acessível tem sido uma diretriz constante da Justiça Eleitoral, que vem adotando as ações destacadas neste relatório para assegurar que pessoas com deficiência possam participar do processo eleitoral com independência, segurança e dignidade.

Para que essas ações sejam planejadas e executadas de maneira eficiente, a existência de um cadastro eleitoral atualizado e confiável é elemento central. É por meio desse instrumento que se torna possível conhecer o perfil do eleitorado com deficiência, identificar demandas específicas e estruturar políticas públicas capazes de garantir acessibilidade e inclusão em todas as etapas da eleição.

No Estado de Mato Grosso, o eleitorado atual é composto por 2.565.334 eleitores, dos quais 22.670 possuem registro de deficiência no cadastro eleitoral, correspondendo a 0,88% do total. Esses dados orientam o planejamento das ações da Justiça Eleitoral voltadas ao atendimento adequado desse público.

Eleitorado	Com deficiência	percentual
2.565.334	22.670	0,88%

A análise comparativa dos dados do cadastro eleitoral evidencia crescimento expressivo no número de eleitores com deficiência entre os anos de 2024 e 2025. Nesse período, o quantitativo passou de 16.931 para 22.670 eleitores, o que representa um aumento absoluto de 5.739 registros. Esse avanço corresponde a um crescimento de 33,90% na participação de pessoas com deficiência no universo eleitoral, refletindo impacto direto nas próximas eleições.

Ano	Eleitores Com deficiência	Variação em relação ao ano anterior
2024	16.931 eleitores	---
2025	22.670 eleitores	Aumento de 5.739 eleitores (+33,90%)

1 - Fonte: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleitor-eleitorado-mensal/cruzamento-eleitorado-mensal?p24_metricas=E&p24_back=1&clear=24&session=310595119503050, utilizando os filtros MT e com deficiência, acesso em 23/02/2026.

Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão

Em 2025, a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI) passou por alteração em sua composição, com a nomeação da Juíza-Membro Substituta, Dra. Glenda Moreira Borges (Portaria nº 477/2025), para a presidência, bem como a renovação de parte de seus integrantes. A composição da Comissão passou a contemplar representantes titulares das áreas de comunicação, gestão de pessoas, tecnologia da informação, engenharia e arquitetura, Cartórios Eleitorais e gestão estratégica, além da participação de dois servidores com deficiência.

A escolha dessas áreas decorre de sua atuação direta e transversal na formulação, implementação e acompanhamento das políticas de acessibilidade e inclusão do Tribunal, uma vez que são responsáveis, respectivamente, pela produção e difusão de conteúdos acessíveis, pela gestão do público interno, pelo desenvolvimento e manutenção de sistemas digitais, pelas adaptações físicas dos ambientes, pela execução das atividades finalísticas da Justiça Eleitoral e pelo alinhamento estratégico das ações institucionais. A presença de servidores com deficiência, por sua vez, reforça a escuta qualificada e a consideração das experiências vivenciadas pelo próprio público destinatário das políticas de acessibilidade.

A Presidente da CPAI tem conduzido reuniões periódicas com os membros da Comissão, nas quais manifesta apoio institucional expresso ao fortalecimento e à consolidação da política permanente de acessibilidade e inclusão do TRE-MT. Nessas ocasiões, e nos processos administrativos, são reiterados o compromisso da Administração com a eliminação de barreiras, a importância da atuação integrada das unidades e o estímulo ao desenvolvimento contínuo de ações estruturantes, capazes de assegurar a efetividade das diretrizes estabelecidas pela Resolução CNJ nº 401/2021 e demais normativos correlatos.

Os atos da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI) encontram-se disponíveis eletronicamente no sítio do Tribunal na internet. (<https://www.tre-mt.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/audiencias-e-sessoes/comites-e-comissoes/cpai/cpai>)

Perspectivas para 2026

Para 2026, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso projeta o fortalecimento e a consolidação da política permanente de acessibilidade e inclusão, em alinhamento com a Resolução CNJ nº 401/2021. As ações desenvolvidas nos últimos anos permitem avançar para um modelo mais planejado e integrado, no qual a acessibilidade é considerada desde o início das atividades institucionais.

No contexto das Eleições Gerais de 2026, a acessibilidade assume papel estratégico. O planejamento antecipado das ações busca reduzir barreiras físicas, comunicacionais, tecnológicas e atitudinais, garantindo que pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida possam participar do processo eleitoral com autonomia, segurança e dignidade.

Na área da acessibilidade comunicacional, a perspectiva é ampliar a oferta de conteúdos acessíveis e aprimorar os processos internos de produção de informações. O uso de linguagem simples, Libras, legendas e audiodescrição tende a se tornar cada vez mais presente em eventos, campanhas e materiais institucionais.

Quanto à acessibilidade tecnológica, o TRE-MT pretende fortalecer o uso das tecnologias assistivas já disponíveis e avançar na adoção de soluções digitais mais inclusivas. A avaliação contínua de sistemas e plataformas permitirá maior autonomia ao público interno e externo, acompanhando a evolução tecnológica de forma responsável.

Em relação à acessibilidade arquitetônica e urbanística, 2026 deverá concentrar avanços na implementação dos projetos técnicos baseados nos laudos de acessibilidade. As ações visam garantir espaços físicos mais seguros, funcionais e adequados, tanto na sede do Tribunal quanto nos Cartórios Eleitorais.

A Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão continuará exercendo papel central no acompanhamento das ações. A atuação integrada das áreas estratégicas e a participação de servidores com deficiência contribuem para decisões mais qualificadas e alinhadas às necessidades reais do público atendido.

Dessa forma, 2026 se apresenta como um ano de consolidação e aprimoramento das práticas de acessibilidade e inclusão no TRE-MT. Ao avançar na eliminação de barreiras e na promoção da igualdade de condições, o Tribunal reafirma seu compromisso com a cidadania, a democracia e o acesso à justiça.



#PraTodosVerem: Página de encerramento da publicação. Sobre fundo verde opaco, ao centro, logotipo institucional do órgão fazendo alusão à bandeira do Brasil: em primeiro plano, um círculo azul com estrelas, logo atrás um retângulo amarelo e uma pequena parte inferior em verde. Abaixo da figura, o texto “TRE-MT”.